

# 1 Introdução

É difícil encontrar-se um texto sobre a proclamação da República no Brasil que não cite a afirmação de Aristides Lobo no *Diário Popular* de São Paulo de que “o povo assistiu aquilo bestializado”.

A construção historiográfica fez do bestializado não um surpreendido pelo fato como quis significar o autor da frase. Aristides se referia a um *novum*, a um mínimo temporal, único e irreversível, a uma experiência de surpresa. O que está embutido na interpretação canônica é a não participação popular no evento como índice do desapareço do povo brasileiro pela República e, por derivação, a sua vinculação à Monarquia.

Essa interpretação de raiz monarquista foi posteriormente esposada e difundida pelos intelectuais desiludidos com a República, quando então se reforçou o que, no tal artigo, se seguia ao bestializado, ou seja, de que “sem conhecer o que significava”, o povo acreditou “estar vendo uma parada”. Foi o próprio Aristides que classificou o evento “por ora” como um governo “puramente militar”.

Juntando-se tais significações, o que é divulgado através do bestializado é que não haveria motivo para se desejar a queda da monarquia sendo o imperador popular. Ficou então entendido que aquele fato histórico foi o resultado de uma simples insubordinação da caserna que teria, então, brindado o país com um regime militarista. Ou seja, como o sistema imperial seria modificável — uma monarquia democrática, uma monarquia federativa, reformas — a Proclamação é explicada por um ato de força. Nessa interpretação o que se deu no dia 15 de novembro foi uma ruptura, um descolamento da tradição, como se fosse a República a planta exótica porque uma imitação estrangeira na história brasileira.

Essa versão é relida pelos enaltecedores da Revolução de 1930 que não descaram da forma republicana, mas realçam a exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889. Isto porque o Brasil brasileiro teria nascido em 1930. Antes disso o que se contava era uma mesma história de oligarquias, monocultura agrário-exportadora, dependência externa etc. Nesse

tempo de longa duração só a um fato se dava o *status* de intervenção estrutural: a abolição da escravidão.

Essa tese não tem a pretensão — que seria desvairada — de defender a existência de qualquer apoio popular à proclamação da República. Não desconhecemos, outrossim, o fato de que D. Pedro II era um monarca popular, benquisto pelo povo “pé no chão” — para usarmos uma expressão de Joaquim Nabuco — que tinha nele uma referência quase familiar: a imagem de um pai ou de um avô querido.

Não nos interessa, igualmente, entrar no debate sobre a prevalência civil ou militar na instalação da República brasileira. Até porque, no nosso argumento, formavam todos eles — entendendo-se, no caso, por civil, setores ilustrados e republicanos das camadas médias da população — um mesmo grupo de interesse, quer pelo partilhamento de uma idêntica “visão de mundo”, quer pela situação de marginalizados das oportunidades oferecidas pelo sistema. Igualmente, não pretendemos discutir a convicção republicana ou monárquica de Deodoro, se foram ou não dados “vivas à república” durante o episódio do confronto entre os rebelados e o último gabinete do Império ou qual a melhor narrativa sobre a Proclamação.

A nossa pergunta é por que a desafeição ao regime prevaleceu sobre a afeição ao monarca no momento da Proclamação? À monarquia, no final do Império, estava associado o atraso, o impedimento da modernização do país, diante do que a República aparecia como solução. Supomos, então, que a aceitação da República deve ser explicada por uma disposição mental ao novo regime como decorrência da incorporação de uma nova cultura democrática e científica na década de 1880, tomando como recorte espacial, a cidade do Rio de Janeiro em função de sua centralidade na vida do país.

∴

Cristiano Otoni, antigo parlamentar do Império, escreveu, em 1890, *O Advento da República no Brasil*. Nessa obra, elenca ele as causas da queda da monarquia: a Abolição, a evolução da idéia democrática, o descontentamento da oficialidade e o descrédito que a política imperial lançou sobre a instituição monárquica. Pandiá Calógeras, em *Formação Histórica do Brasil*, fala de uma desafeição ao regime.

A crise do Império é, sem dúvida, o resultado da conjugação de diversos fatores. Satisfatoriamente conhecidos são aqueles de ordem social, econômica e política. Mas pouco se fez ainda para conhecer o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas. Fixar o olhar sobre o momento da transição se sustenta na consideração que perpassa a obra de G. Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, de que é nas fases de crise que as formações discursivas melhor se revelam.

A composição de um quadro de disposição mental socialmente difundido no Brasil do final do oitocentos deve incorporar cores variadas. De forte matiz, é a pincelada da idéia de inevitabilidade da república, tendo por pano de fundo a emergência de uma mentalidade historicista, cientificista e democrática. A vivacidade das cores é dada pelas formas de mobilização e participação políticas, emoldurado o todo pelas transformações mais gerais que vinham se operando na nossa sociedade.

A chamada “Geração 70” idealizou colocar o país “ao nível do século”, prefigurando uma outra resposta para o quem somos nós identitário. A palavra de ordem era, então, reforma. Reformas para acelerar o advento do telos — de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam — do progresso-civilização. Os pífios resultados dos gabinetes liberais deram a dimensão da inadequação das instituições monárquicas para o alcance daquele fim.

Tal desmonte vinha sendo preparado através de críticas fundamentadas ao sistema imperial, posto que, contrariamente à exegese mais comum, os membros daquela “geração” — na qual devemos incluir não apenas intelectuais, como também políticos, publicistas, críticos, literatos — não estavam desligados do país, mas antes visceralmente atentos às questões nacionais. Também não foi sem embate que acabaram eles por moldar outro sistema simbólico. Os monarquistas reagiram com defesas pontuais.

O passo desagregador é dado, entretanto, pelo generalizado diagnóstico sobre a necessidade imperiosa de reformas. Tanto assim é que as posições pró e contra cindiram os partidos monárquicos.

Mesmo dentro do governo, ouviam-se vozes que alertavam para a urgência da inserção do país na economia capitalista, levantando-se questões sobre a liberação do trabalho, do capital e até da propriedade, o que impunha o

ajustamento do Estado a essas condicionantes. No plano interno, pesava a consideração de que à demanda provocada pelo aumento e diversificação populacional, graças às novas oportunidades criadas pelo desenvolvimento econômico, urbanização e ampliação dos cursos superiores, não correspondeu uma ampliação das formas de incorporação política. Foi o que configurou o aparecimento de grupos de marginalizados ilustrados — que incluía membros da elite — que haviam perdido seu lugar, antes garantido, no parlamento ou na burocracia do Estado. Como percebeu Duby em relação à crise feudal, os que não conseguem empregar-se no quadro ordenado do sistema compõem as primeiras emoções que dele se libertam.

O inchamento de setores médios ilustrados no final do oitocentos brasileiro foi um fator de complexificação dos “três mundos do Império” — na já clássica interpretação de Ilmar R. de Mattos em *O Tempo Saquarema*. Em acréscimo, o “mundo da desordem”, dos homens livres e pobres, também se expandia e, ademais, ia ganhando personalidade social na esfera pública ampliada. Eram percucientes acordes que desafinavam na sinfonia do sistema.

As reformas propostas pelo gabinete Rio Branco (1871-1875) encontraram barreiras para a sua realização plena, provocando uma modernização incompleta que não incorporou os grupos novos e, mais ainda, erodiu a base de sustentação do regime por expô-lo a um conflito interno com a quebra do consenso que, muito embora hierarquizando a própria elite, era um forte pilar de sustentação hegemônica. Os gabinetes que se seguiram frearam as reformas revelando barreiras intransponíveis dentro do sistema.

Tudo isso deu ensejo à noção de que as reformas eram impossíveis com o regime monárquico, posto que para sobreviver precisava ele de abrir suas instituições e acabar com a escravidão, o que logo se percebeu como sendo o seu selo de morte. Daí em diante o sistema só poderá se manter pela força — inclusive dos seus símbolos —, já que se tornara um sistema sem projetos, que não se via no futuro.

O estado doentio do imperador e as notícias sobre seu comportamento nas reuniões públicas eram objeto de críticas, apreensões e chacotas. Disso se valeu a imprensa e a propaganda republicana. As charges, as caricaturas, os epítetos que se arranjavam para D. Pedro II, divulgados não só pela imprensa diária e pela

literatura, mas nas ruas e nas revistas ilustradas — de grande voga na época — atingiam um público mais extenso do que o alfabetizado. São índices da redução do prestígio imperial, por onde se vai processando a dessacralização da figura real e o desapareço pelo regime, em função da desconsideração dos seus símbolos maiores.

As “questões” brasileiras foram pensadas através do arsenal das idéias novas. Através de outros conceitos e semântica as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram chance de êxito porque inovavam mais nas teses e na forma do que nos temas que foram retirados do repertório liberal. O que se quer dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela rearrumação da tradição liberal, por exemplo, que se montou uma outra narrativa da nação. Nela o sentido da história nacional seria interrompido pela monarquia, extemporânea e alienígena. O partido republicano se apresentava como o mais antigo do Brasil.

Porque marginalizados em relação ao sistema, os grupos reformistas contestadores não tinham no parlamento seu espaço de ação política e expressão. O que ocorreu, na década de 1880, foi a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares etc. Com isso, a rua foi ressignificada. *Meetings*, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até a mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, talvez o fator mais eficaz na desintegração do regime graças a instauração de um novo clima que impregnou as mentes num simbolismo renovado.

Os textos e as novas formas de mobilização contribuíram, de qualquer maneira, para a deslegitimação do regime monárquico, trazendo imagens alternativas da nação, novos heróis e símbolos. Significaram uma renovação profunda nas formas de se fazer política, de se pensar o Brasil e na construção de uma nova audiência.

Essa deslegitimação da monarquia criou uma disponibilidade afetiva para aceitar os “rumos da história”, que indicavam, no Brasil, a forçosa instalação de uma sociedade democrática e capitalista. A propaganda, a literatura e a imprensa conseguiram fazer derivar essa sociedade do regime republicano.

É acompanhando a “crise de direção” que vai se dando no final do Império que essa tese pensa contribuir na ampliação da capacidade explicativa da instalação da República no Brasil.

∴

Para verificar a nossa hipótese escolhemos alternativas que nos dessem uma melhor visão da construção simbólica. Buscamos a literatura, especialmente a poesia social e científica, mas também a ficção naturalista, as memórias e a crítica. Valemo-nos da imprensa escrita e ilustrada, de imagens dos carnavais, da visualização das mobilizações de rua, de caráter político ou recreativo. Mostramos o cruzamento de seus personagens em suas redes de solidariedade. Tivemos a intenção de reproduzir as vozes contemporâneas em detrimento das interpretações modernas, excetuando as avaliações de críticos literários.

Escolhemos como forma narrativa a construção de três quadros contextuais onde, no cenário-rua, temas da agenda liberal são atravessados pelas idéias novas. O cenário, o chão, o solo de todo o argumento constitui o primeiro capítulo. As idéias novas encarnadas na literatura e nas polêmicas perfazem o segundo momento da tese, enquanto os debates de temas escolhidos em função de sua maior relevância para os contemporâneos são contemplados ao final.

Fatos maiores da nossa história como a Abolição, a Revolta do Vintém, a Questão Militar vão dividir o espaço com pequenos incidentes, sem que aqueles, entretanto, recebam no texto qualquer tratamento extensivo, posto que o que neles nos importa é sua dimensão de mobilizadores do fazer político na rua, a sugestão visual e auditiva que possam porventura ter causado na população da Corte.

Também na literatura ou na política não se buscou o panteão, mas poetas menores que, no entanto, gozaram de prestígio naquela quadra histórica ou propagandistas no lugar dos grandes teóricos do republicanismo brasileiro. O que se quer captar é a capilaridade, os vasos secundários que vão irrigar a grande artéria social. O que se pretende surpreender é o intercurso de símbolos num cenário de “crise de direção”.

∴

O primeiro capítulo visualiza a personagem central da tese: a rua. É na ampliação do espaço público na década de 1880 na cidade do Rio de Janeiro que entendemos encontrar uma forte razão da desestabilização da monarquia brasileira. Acontecimentos econômicos, políticos, sociais, ideologias e teorias

ganhavam importância pela oportunidade de sua apreciação junto à opinião pública. Por isso tivemos que ir buscar o que estava na rua de forma atomizada.

Nela se fez a articulação da grande política com o homem comum através de episódios como o roubo das jóias da coroa, os escândalos públicos, os rumores, as chacotas. Portanto, o capítulo opera numa direção vertical pela qual a crise penetra no conjunto da sociedade através desses canais secundários.

Aqui o agente principal é o povo, que na década de 1880 não é mais entendido como o cidadão ativo. De qualquer maneira é na acepção política e não na social que ele será tratado nessa tese.

A rua volta a ter a importância que desfrutara na Regência e não por acaso falava-se então em “renascer liberal”. O Estado se inquieta e reprime, teme perder o controle político para ela até porque a “Casa” passa a freqüentá-la desejosamente.

Certos acontecimentos — mesmo os menores — permitiram que a crise fosse percebida, adquirindo valor simbólico. A Revolta do Vintém, por exemplo, ainda é muito lembrada em 1889.

A década de 1880 desloca e estende o lugar da discussão através de canais informais pelos quais se exprime uma opinião ampliada que não tem assento no parlamento. O espaço público puxa para dentro dele as questões maiores e menores: o aumento da passagem de bondes se faz revolta popular com cunho político.

Queremos perceber como a rua alimentou certos temas e quais deles tiveram maior repercussão. Como ela retira a discussão de um círculo restrito e fechado para jogá-la na praça pública. Tanto Rui Barbosa como Silva Jardim, em 1889, disseram preferir essas tribunas: a rua e a imprensa. E nessas manifestações multitudinárias quis-se ver a verdadeira representação nacional.

Todas as formas de intervenção política foram usadas nessa década engajada. Talvez a menos importante delas tenha sido justamente as eleições, sabidamente fraudadas. Mas é possível haver intensa politização com baixa participação eleitoral. Em vez dela, associações — esporádicas — foram criadas, mas a principal forma de intervenção foi mesmo a mobilização de rua, ainda que inorgânica e tumultuária. E, no final, foi a intervenção armada que pôs fim à monarquia no Brasil.

Vamos visualizar nesse capítulo os instrumentos de construção da opinião pública: jornais, revistas, livros, panfletos, opúsculos, que atingiam a população alfabetizada. Mas as conversações de rua e das confeitarias, os clubes, as conferências, os rumores, a leitura dos jornais em voz alta, as ilustrações faziam chegar os debates ao homem comum e aos ágrafos.

O que está em questão é pois a percepção da crise da monarquia pelo conjunto da população, desafeiçoando-a do regime porque ele significava o atraso pela manutenção da escravidão, pelas reformas emperradas, enquanto a República aparecia como uma solução de progresso, de evolução em sintonia com uma civilização de cidadãos soberanos. *A Revista Ilustrada*, se foi a bíblia da Abolição para os que não sabiam ler, como disse Joaquim Nabuco, teve, por isso mesmo, um papel ímpar na associação entre monarquia e atraso.

As charges que tiveram o imperador como objeto se, por um lado, demonstram, pela intimidade com que o tratavam, uma não hostilidade a ele, por outro, têm uma importante função de dessacralização pela qual se atinge o principal suporte simbólico do regime. O grande pai, forte, protetor, sábio se faz um ser desatualizado, senil, gagá, doente e cansado da coisa pública. Por um se tem temor e respeito. Pelo outro, ternura, complacência ou descaso.

Fica, enfim, sugerido nesse capítulo que o povo possa ter introjetado uma idéia de crise e decadência através de sinais visíveis e auditivos ou mesmo até por uma linguagem e semântica novas. Tudo o que levava à desafeição ao regime trazia água para o moinho republicano.

O segundo capítulo trata do discurso e das formas discursivas, da construção de uma outra linguagem e campo semântico onde se desvela uma diferente visão do mundo, do país dentro dele e de sua percepção identitária.

Seguindo uma rápida exposição das “idéias novas” — apresentadas, sempre que possível encarnadas nas questões nacionais — veremos suas configurações apropriadas pela poesia científica e social, pelo romance naturalista, pela crítica, pelas polêmicas e na construção de outras narrativas nacionais. Coube também aqui a polissemia do termo República, surpreendida não nos textos teóricos, mas nos de divulgação.

Este é o momento em que as emoções individuais se cruzam, adquirindo dimensão política, emoções cujo solo está no capítulo anterior. Mas agora o texto se constrói numa direção horizontal: uma discussão entre dirigentes.

A crise se apresenta nesse capítulo não através de campanhas como antes, mas sob a forma de polêmicas. A personagem é outra, a intelectualidade, e o espaço valorizado é aquele onde as polêmicas se dão: a imprensa, os livros.

O movimento intelectual provoca a deslegitimação simbólica e teórica do regime atacando seus suportes maiores: o monarca, a religião, o romantismo. Cria ele outra linguagem e semântica. Seleciona os temas que são retirados da agenda liberal. Por isso mesmo, por sustentar o discurso sobre uma base real e pelo fato de que os monarquistas também se apropriam dessa nova linguagem, teve ele força de desconstrução.

Ora, as “idéias novas” criam um solo republicano, especialmente por estarem elas embutidas nos apelos por reformas. Também a conjuntura internacional é-lhes favorável. A imagem do progresso é percebida na modernização dos transportes e das comunicações, no emprego da eletricidade, na aceleração do ritmo de vida. A ampliação das camadas médias tornou a sociedade mais complexa, mais ilustrada e mais desejosa de participação na vida pública.

Uma vitória da propaganda foi assimilar à República o termo democracia e através dele trazer para si as bandeiras progressistas do presente — as “idéias avançadas” —, como a da abolição da escravidão. A palavra “república” vinha marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização, ganhando as consciências. Os monarquistas não foram exitosos em impedir que essas marcas se colassem ao termo república, até porque eles mesmos estavam convertidos ao novo repertório intelectual. Mas quiseram os republicanos que também o passado lhes pertencesse. Para tanto, foram auxiliados pela generalizada sensação de renascença liberal que os movimentos de rua traziam à memória, configurando uma tradição republicana brasileira.

Embora não nos interesse as discussões teóricas, sabemos que não se pode tratar o republicanismo brasileiro como um bloco coeso. A diversificação foi grande: evolucionistas, liberais antigos, liberais spenceristas, positivistas etc. E dentro dessas facções, os arranjos foram múltiplos.

Podemos então dizer com Maria Alice Rezende de Carvalho que “para uma parcela específica da inteligência brasileira, a cultura do Império se esgotara

antes dele”<sup>1</sup>. O que queremos sugerir, entretanto, é que para uma camada bem mais extensa da população se aquela cultura não se esgotara, estava certamente em agonia.

O terceiro capítulo da tese é pontual: enfoca certos temas em debate no final do oitocentos brasileiro. Foram eles escolhidos em função da sua maior repercussão entre os contemporâneos, cujas vozes serão ouvidas.

Caminhamos, nessa etapa da tese, no terreno da experiência através da qual os atores vão se fazendo — propagandistas, soldados-cidadãos, intelectuais — e uma nova cultura vai sendo encorpada.

Para tanto desvendamos as estratégias discursivas que pudessem conquistar a adesão pela sedução oratória, supondo sua eficácia num público auditório.

A impressão que esse quadro quer deixar é a da intensa politização da sociedade fluminense na década, mas muito especialmente nos anos de 1888 e 1889, quando atingiu ela o paroxismo. É nesse clima conflagrado e no centenário da Revolução Francesa, que se proclama a República no Brasil.

∴

Esse texto de cultura política valeu-se da tese de J. Habermas sobre a construção da esfera pública<sup>2</sup>, sem, contudo, ater-se estritamente aos parâmetros por ele estabelecidos. As marcas brasileiras são mais ambíguas.

No final do 2º Reinado estava se operando a ultrapassagem da forma literária daquele espaço que, segundo o filósofo, seria a do uso público da razão por pessoas privadas para tratar de assuntos gerais. O que estava agora em pauta era o julgamento das ações do Estado num espaço público politicamente orientado, graças a autonomização de setores sociais cultivados em relação ao poder. Indivíduos que se sentem iguais na exigência da mercadoria-informação no âmbito das instituições de grande público (imprensa, associações, teatros, conferências), tudo submetido à crítica e à polêmica sob formas discursivas várias.

Se podemos perceber com facilidade, naquela fase de transição, a atuação de uma *intelligenza* de mentalidade cientificista e urbana pugnando pela

---

<sup>1</sup> Maria Alice Rezende de Carvalho, “República Brasileira: viagem ao mesmo lugar” in *Dados*, vol. 32, n. 3, p. 310.

<sup>2</sup> Jürgen Habermas, *L’Espace Public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*.

publicização do debate acerca da sociedade, do Estado e da nação brasileira, por outro, é difícil imaginá-la como constitutiva, aqui, de uma ordem burguesa, contratual e capitalista, posto não estar desfeito, entre nós, naquele momento, o sistema tradicional oligárquico vinculado a um Estado patrimonial. Pelo que os princípios de Habermas serão usados com reserva, dando-se preferência ao termo “espaço público”, de acepção mais restrita que o de “esfera pública”.

Informando todo o texto, direcionando sua análise estão dois princípios: a “crise de direção” retirada do conceito de hegemonia de Gramsci e a imagem dos “três mundos do Império” de Ilmar R. de Mattos.

A hegemonia de um grupo social, segundo Gramsci, é o resultado da dominação política que a “direção” lhe garante. Por direção devemos entender o controle da rede simbólica como uma forma outra do monopólio da violência. Trata-se da preeminência da concepção de mundo — também dita ideologia pelo filósofo italiano — de um setor social sobre o conjunto da sociedade.

O que estamos assistindo na década de 1880 no Brasil é a uma “crise de direção”, na qual a classe dirigente, mantendo muito embora a sua dominação, vê esvaziar-se o poder de atração de sua ideologia sobre o conjunto da sociedade, inclusive pela perda de controle sobre um importantíssimo instrumento de difusão que era, então, a imprensa.

Uma outra visão de mundo, cientificista e evolucionista, vai impondo outras linguagens, significações, discursos e signos, aos quais aderem, mesmo que inadvertidamente, membros da própria classe dirigente. Portanto, a atração ideológica está se consubstanciando numa direção (nos dois sentidos) outra que a dominante.

Os próprios instrumentos de coerção são apontados como ilegítimos e como um sinal de fragilização do domínio por uma crítica pública e sistemática. Em 13 de agosto de 1887, a *Revista Ilustrada* exprime essa sensação: “O governo sentindo-se fraco e confessando haver perdido a força moral (...) quer governar pelo terror”.

A tese, pois, opera no campo do progressivo **consentimento** de uma nova concepção de mundo, na qual inscrito estava o regime republicano. Até a maioria dos próprios republicanos — onde dominava a vertente evolucionista — entendia que o importante era que a idéia caminhasse. Mesmo para Silva Jardim a

propaganda era a revolução. Diante da surpresa com o golpe de 15 de novembro de 1889, *A Revista Ilustrada* explicou assim a sua vitória: “Obscuramente, todos nós, tínhamos, dia a dia, lavrado o seio fecundo da terra da América; com o arado do pensamento [...]”<sup>3</sup>.

Na experiência histórica brasileira do 2º Reinado essa visão de mundo da classe dirigente adquiriu a conformação dos “três mundos do Império”. A tese busca mostrar o desmonte dessa construção histórica pelas alterações que iam sofrendo tanto o Estado como, especialmente, a “Casa” onde seus atores têm novos papéis, pelo menos no espaço urbano da Corte. Entretanto, acreditamos que o fator principal do desgaste foi a positividade adquirida pelo lugar do “mundo da desordem”: a rua.

Valendo-nos da noção de “crise de direção” estamos apontando para um disputa sobre as convenções que regulam a relação do signo com o referente. Estamos falando de uma “preparação” dos leitores de tais signos, das condições de produção das equivalências partilhadas. Enfim, estamos no campo da teoria dos símbolos. Dela usamos suas formulações clássicas, não muito distantes, pois, da *Lógica* de Port Royal.

Não estamos trabalhando ao nível do imaginário, o que demandaria outras formas de acesso, outra forma narrativa, outras hipóteses e talvez mesmo outros objetos, porque derivados de outras questões. Do imaginário, retiramos apenas o poder de construção do real e de sua inteligibilidade pelos símbolos, instrumentos do consenso que argamassa uma “direção” social.

Demos, pois, destaque aos produtores dos bens simbólicos: intelectuais e artistas. Entendemos, por evidente, que tais símbolos só se fixam socialmente se operam sobre expectativas já postas na sociedade.

De qualquer maneira, estivemos atentos às “práticas de representação” e nos símbolos nos interessamos pela sua dimensão ideológica, conforme as orientações de R. Chartier<sup>4</sup> e de P. Bourdieu<sup>5</sup>.

Nesse campo, a tese é tributária da obra de G. Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, particularmente do capítulo que trata da crise feudal. Dele tiramos algumas premissas que balizaram a sua composição: 1) é nos

<sup>3</sup> “Páginas Cor de Rosa” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

<sup>4</sup> Roger Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e representações*.

<sup>5</sup> Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*.

momentos de crise que as formações discursivas melhor se revelam; 2) aqueles que não conseguem empregar-se no quadro ordenado do sistema compõem as primeiras “emoções” que dele se libertam; 3) as mudanças que têm êxito social buscam expressão discursiva; 4) os novos símbolos só se cristalizam se são socialmente “entendidos”; 5) as construções simbólicas ajustam de uma maneira nova peças esparsas de antigas construções, apoiando-se na tradição.

Para dar conta da difusão das novas idéias valemo-nos da noção de “cultura da auditividade”, que Luiz Costa Lima elenca como um dos princípios do “sistema intelectual brasileiro”<sup>6</sup>. Destaca o autor por meio dele o fato de que, mesmo partícipe da civilização da escrita, no Brasil os discursos mais são apreendidos pelos recursos de oralidade neles empregados: eloquência, ritmicidade dos versos iguais, figuras de retórica, tom panfletário, expressões comoventes, que impressionam a sensibilidade do ouvinte.

Trata-se de uma literatura “cúmplice da oralidade”, como diz, que busca instrumentos para a leitura fácil e que tem uma “circulação oral” numa sociedade onde pouco se lia. As palavras são escolhidas pelo seu “efeito de impacto”, acrescidas da “teatralização gesticulatória”. O que se quer é a sujeição da audiência, é calar o diálogo, mas não pela capacidade de demonstração e sim pela sedução. É por essa via que, pensamos, se fez a divulgação da cultura científica e democrática na crise do Império, sem descartar o impacto das imagens ilustradas e das conversas de rua. Enfim, naquela quadra histórica, analfabetos e semi-letrados entraram na discussão pública como ouvintes, como auditórios.

Se a propaganda republicana teve alguma eficácia política muito deveu ela ao recurso a um instrumento de retórica de grande força persuasiva: o emprego do par antônimo assimétrico<sup>7</sup>. Seu emprego foi uma constante nas conferências, nos opúsculos e nos textos teóricos.

Trata-se de colocar em confronto dois conceitos formando com eles um par antitético — no caso, monarquia e república — , onde um dos elementos apresenta o outro de maneira que este não se reconhece. Na propaganda, à monarquia buscou-se colar noções tais como despotismo, irresponsabilidade do mandante, corrupção, atraso etc. Na outra ponta do novelo, a república incorporou

<sup>6</sup> Luiz Costa Lima, “O Sistema Intelectual Brasileiro” in *Dispersa Demanda*.

<sup>7</sup> A teoria sobre os pares antônimos assimétricos é uma preciosa contribuição de R. Koselleck à História dos Conceitos (*Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, parte 3, cap. 1).

termos limítrofes como democracia, igualdade, talento, progresso, federalismo, revolução, cidadania, nação, americanismo. São termos que constituíram um grupo auto-referente capaz de desmerecer, pela via da assimetria, o regime monárquico.

Os julgamentos dualistas liberam e limitam as experiências e expectativas com grande eficácia porque se situam numa perspectiva histórica. O contraponto tem força social como antecipação de um futuro, em princípio não questionável. Em princípio, porque, no caso brasileiro, a propaganda teve que reverter a imagem das Repúblicas latino-americanas divulgada no Império como experiências desqualificantes.

Os pares antônimos são índices da consciência histórica de uma época, das temporalidades inscritas na conjuntura, da experiência e do pensamento então possíveis. Permitem eles aos contemporâneos experimentar o processo histórico. Nos propagandistas e teóricos nota-se um esforço — não consciente — no sentido de fazer da república a correspondência lingüística de uma realidade de mudanças e o motivo de ação para a conquista de lugares futuros para a sociedade brasileira. A operatividade do conceito de república dá a extensão do valor semântico de representação da realidade que o termo continha.

∴

O que pretendemos através da montagem desses três quadros contextuais não foi a invalidação do cânone sobre a não participação popular na proclamação da República, mas fragilizar a sua dimensão ideológica, sugerindo a possível complementaridade de outras interpretações que melhor dêem conta da variedade histórica.

Como advertência final, esclarecemos que em anexo à tese há um conjunto de figuras cuja oportunidade de visualização estão indicadas no texto.